

GESTÃO DEMOCRÁTICA NA ESCOLA PÚBLICA: UMA BREVE REFLEXÃO E OS SEUS ENTRAVES EM TEMPOS DE PANDEMIA.

Enio Sebastião Cardos de Oliveira¹

enioprof@gmail.com

Secretaria Municipal Educação de Resende - SME

RESUMO

Esse artigo tem como objetivo refletir sobre gestão democrática nas Escolas Públicas. Sob os avanços da promulgação da Constituição Cidadã de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases na Educação, Lei 9394/96, contemplada no artigo 3º a obrigatoriedade da gestão democrática no espaço escolar, permitindo o acesso e a universalização da população à Educação Pública, além do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). Nos documentos que normatizam a chamada ação educacional em nosso país, podemos perceber que a Gestão Democrática esteve sempre presente formalmente, com constância nos Projetos Políticos Pedagógicos das unidades escolares. Porém, a partir do anos 2000, a Gestão Democrática passou a sofrer duros reveses conservadores, principalmente nos últimos anos com uma narrativa que descredenciou o trabalho dos professores, e colocando em xeque a qualidade da escola pública, o que veio dificultar o desenvolvimento de uma gestão democrática. Não obstante, não podemos deixar de considerar que a Gestão Democrática nas escolas na prática mostra fragilidade no que diz respeito a sua operacionalidade dentro do ambiente escolar, fragilidades que se ampliaram por conta da pandemia, cujo isolamento social se fez necessário.

Palavras-Chaves: Gestão Democrática, Escola Pública, Pandemia.

1. INTRODUÇÃO

Pensar na gestão democrática em um momento de pandemia do Covid-19, no qual, as questões sociais se tornam mais evidentes, expondo quão grande é o fosso social em nosso país, não é tarefa fácil. E mesmo quando a Escola Pública reafirma a sua importância como elemento catalisador, com ações pedagógicas e sociais, procurando reduzir os impactos sociais junto à comunidade escolar.

Entretanto, ao mesmo tempo que é duramente questionada por uma parcela da sociedade, que não entende a importância da Escola Pública e de uma gestão democrática, criando uma narrativa que busca desqualificar o trabalho realizado nessas Unidades Escolares, e não levando em conta todo o trabalho realizado pela Escola Pública, seus diversos atores sociais, junto à parcela da população mais carente e vulnerável da sociedade.

Esses questionamentos somados a ações do Governo Federal que adota medidas para diminuir investimentos em setores importantes como Saúde e Educação, cuja guinada neoliberal leva então a um processo de precarização das escolas públicas, desvalorização de Professores - estas peças fundamentais dentro de todo sistema Educacional, recebendo assim baixos salários para realizarem as atividades docentes, criando entraves na busca da qualidade na Escola Pública e de uma gestão democrática.

Esse cenário atual se apresenta logo após avanços, principalmente a partir da promulgação da Constituição Cidadã de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases na Educação, Lei 9394/96, que contempla no artigo 3º a obrigatoriedade da gestão democrática no espaço escolar,

¹ Doutor em História Política – UERJ. Mestre em História Social – USS. Especialista em Gestão em Educacional – UCAM. Especialista Empreendedorismo Educação – UFF. Diretor da Escola Municipal Moacir Coelho da Silveira. Vínculo Institucional – SME. E-mail - enioprof@gmail.com.

permitindo ao acesso e a universalização da população a Educação Pública, além do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), que ressalta:

Democratização da gestão do ensino público, nos estabelecimentos oficiais, obedecendo aos princípios da participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola e a participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. (Brasil, 2001b).

No item: “Objetivos de Prioridades” do Plano de Desenvolvimento da Educação de 2001, podemos observar nessa citação que um dos objetivos é a democratização da gestão do Ensino Público e a participação dos professores na construção do Projeto Político Pedagógico, envolvendo toda a comunidade escolar. No entanto discutir gestão democrática na escola a partir da metade da segunda década do terceiro milênio, não se trata, como já foi dito, de tarefa fácil, representando grande desafio, principalmente em um momento de Pandemia, onde medidas de distanciamento social são tomadas além do emprego de aulas remotas.

Ao observarmos os documentos que normatizam a chamada Ação Educacional em nosso país, podemos perceber que a gestão Democrática está sempre presente formalmente, e em certa medida, com constância nos Projetos Políticos Pedagógicos das unidades escolares. No entanto, a Gestão Democrática nas escolas mostra em certa medida, certa fragilidade em sua prática, no que diz respeito a sua operacionalidade dentro do ambiente escolar.

Assim o Estado, como sinaliza Paro (2000), desempenhando o papel de opressor e se omitindo de sua função de dar o arcabouço necessário para que as Escolas Públicas, e dentro de seus espaços desenvolva uma Educação de qualidade, a gestão democrática nas Escolas Públicas, permitiu durante os anos que se seguiram uma elevação significativa na qualidade no processo escolar (BIERHALS 2012, p. 01). No entanto, a gestão democrática que a priori passa ser a conduta norteadora da gestão escolar, em certa medida, ainda podíamos detectar posturas e conduções autoritárias dentro do ambiente escolar. Essa situação tornou-se mais aguda nos últimos anos com o retorno de um discurso conservador que paira sobre a sociedade, aumentando os mecanismos e discursos opressores do Estado na esfera federal, quando o ambiente escolar passa a reproduzir uma postura cada vez mais autoritária, diante do descaso das autoridades, tornando a gestão mais inflexível e hierarquizada. Esse artigo pretende fazer uma breve reflexão sobre a gestão democrática nas escolas públicas e as suas dificuldades em tempos de pandemia.

2. BREVE HISTÓRICO

Na década de 1930, quando Anísio Teixeira e outros educadores iniciaram a sua luta em defesa da “Escola Nova”, podemos perceber que a gestão democrática ainda não estava em “pauta de discussão” (BIERHALS, 2015. p. 1). O que podemos perceber que naquele momento que se buscava uma “escola pública, laica, gratuita”, superando o método da escola tradicional (SILVA, 2007).

Dermeval Saviani (1944) a pedagogia da Escola Nova a democracia se trata de um elemento sempre presente, porém o autor faz uma provocação ao dizer que realmente se beneficiou dessa tal democracia e assinala:

“[...] o abandono busca da igualdade é justificado em nome da democracia é nesse sentido também que se introduzem no interior da escola procedimentos ditos democráticos. E hoje nós sabemos, com certa tranquilidade, já quem serviu essa democracia e quem se beneficiou dela, quem vivenciou esses procedimentos democráticos no interior das escolas novas. Não foi o povo, não foram os operários, não foi o proletariado. Essas experiências ficaram restritas a pequenos grupos, e nesse sentido elas se constituíram, via de regra, em privilégios para os já privilegiados, legitimando as diferenças. [...]” (SAVIANI, 1944. p. 58)”

Saviani em seu trabalho faz uma reflexão sobre a escolanovista e o seu caráter excludente, já que os princípios “ditos democráticos”, apesar de serem discutido nesse projeto, era algo direcionado para um pequeno grupo. O que podemos perceber que se tratava de uma democracia seletiva, para poucos, restritiva, onde a classe operaria e o povo em geral eram aqueles que verdadeiramente serviam a democracia em benefício de um pequeno número de pessoas.

O que podemos perceber com os apontamentos do autor que a burguesia ao estabelecer uma nova ordem democrática utiliza o sistema de ensino com condição para se estabelecer essa nova ordem democrática. Nesse sentido a escola assume o papel que atendia o interesse de uma classe privilegiada e excluía os menos favorecidos (SAVANI, 1944.p. 60).

O que podemos perceber que ainda não se discutia uma participação da comunidade escolar nesse momento, e que uma democratização de uma gestão estava longe de ocorrer nas décadas que se seguiram. Porém, algumas mudanças ocorreram na década de 1960, que trouxeram alguns avanços para se criar uma gestão democrática.

Sobre isso Vitor Henrique Paro (1996), cita que existe alguns exemplos de gestão democrática nas escolas públicas ainda na década de 60, um pequeno avanço que sinaliza a partir da prática democrática de escolha de diretores por meio de um processo eletivo.

Sabemos que o processo de uma gestão democrática vai muito além de uma eleição de diretores pela comunidade escolar, pois também advém da representação da comunidade escolar dentro de diversos mecanismos que venham estabelecer ações democráticas que ocorrem dentro do ambiente escolar no seu cotidiano que falaremos no transcórrer desse pequeno trabalho. Porém, entendemos que as eleições de diretores tornou-se um marco dentro do processo escolar, pois ela representa a essência de uma prática que referenda uma gestão democrática.

Na década de 80 no contexto de redemocratização política do país, as eleições para diretores passa ser um fenômeno âmbito nacional (Paro, 1986.p.377). Nesse momento, os estados começavam criar as suas constituições e previa a obrigatoriedade da realização de eleições para os Diretores que em certa medida, personificação de uma gestão democrática nessas redes Estaduais.

No entanto, nos primeiros anos ocorreram eleições para Diretores elas não estavam devidamente regulamentada. Esse foi o caso da primeira eleição que ocorreu no Estado do Rio de Janeiro. Era o ano de 1984, no Colégio Estadual Santos Dummont, em Volta Redonda. Após uma crise interna entre professores, cujo pivô dessa crise era um aluno que dormiu em uma turma é foi retirado com truculência da sala de aula. Esse fato ocorreu no turno da noite e esse estudante trabalhava durante o dia. Portanto, esse fato provocou racha, pois fez com que parte dos Professores e a Coordenadoria de Volta Redonda fossem contra pela forma que esse estudante foi retirado da sala. Entre esses profissionais estava à professora que naquele momento ocupava o cargo de coordenadora de turno Maria das Dores Mota, conhecida como Dodora (ALFANO, 2016). Os alunos entraram em greve, naquele momento segundo a Professora Dores Mota, a escola possuía 1500 alunos distribuídos por três turnos e 150 funcionários. Os alunos fizeram greve e a Escola parou (ALFANO, 2016). Para acabar com a crise a Secretária de Educação que naquele momento tinha como Secretário de Educação o Professor Darci Ribeiro e o Governador era Leonel de Moura Brizola. A Secretária promoveu a eleição naquela unidade escolar. A eleição conseguiu acabar com a crise, em um momento em que eleições para direção de Escola do Estado Rio de Janeiro carecia de regulamentação. Mas, de qualquer forma esse acontecimento foi um divisor de águas no processo de democratização das escolas, pois a partir desse momento outras escolas passaram a prover eleições para a direção. Era ainda o ano de 1984 e a Constituição Cidadão nem sequer havia um esboço, pois Assembleia Constituinte só eleita dois anos depois.

No entanto, as eleições para direção já era uma pauta de reivindicação da Categoria dos Profissionais daquele Estado, pois no ano de 1979 em uma greve², ainda dentro da Ditadura Militar, o SEPE (Sindicato dos Profissionais de Educação do Estado do Rio de Janeiro) já tinha reivindicado eleições diretas para as direções das escolas estaduais. Segundo a Professora Maria Dolores da Mota assinala que “no ano seguinte, tinham 16 diretores se aposentaram na cidade (Volta Redonda). Houve pressão para que esses cargos fossem ocupados por via eleitoral, para que esses não fossem mais indicados como de praxe. Uma consequência desse episódio foi o fortalecimento pauta, reivindicadas pelos Professores, que era a realização de eleições para direção nas escolas. Desta forma, todas as 16 escolas que por motivo de aposentadoria iriam ficar com a vacância do diretor, tiveram as eleições realizadas. Depois é que a secretaria regulamentou para todo o estado”³

Desta forma, ocorreu uma regulamentação da Secretaria de Educação para se estabelecer as eleições nas escolas estaduais que serviu de modelo para que outros Estados da Federação e outros Municípios, pois estes também comessem a se movimentar e buscar democratizar. Nesse caso depois de anos de ditadura militar, fica claro, que nesse momento o primeiro passo, para uma gestão democrática estava sintetizada nas eleições da direção. Algo que não nos causar nenhuma surpresa, após o anseio de anos sem ter essa prática, que em tese traria não só um viés democrático nas escolas, mas uma legitimidade dentro do ambiente escolar, que era cristalizado na hierarquização e no autoritarismo.

Embora esses avanços, as eleições na Rede Estadual do Rio de Janeiro só passaram a existir de fato com a promulgação das Constituição Estadual em 5 de outubro de 1989, sendo previsto no Artigo 303 parágrafo XII, na gestão do governo Moreira Franco, vejamos o documento: “XII - eleições diretas, na forma da lei, para direção das instituições de ensino mantidas pelo Poder Público, com a participação da comunidade escolar;”⁴. No entanto só sendo regulamentada no governo de Marcelo Alencar, quando foi encaminhado um projeto que foi aprovado na ALERJ (Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro) no ano de 1996⁵.

Após a promulgação da Constituição Cidadão de 1988, e motivado pelo momento de efervescência democrática, a eleição para Diretores passaram a ser ampliar, como no Rio de Janeiro, muitos estados passaram a elaborar a sua constituição e incluir no corpo da carta estadual eleições para a direção de escola. Porém, já no interim do final do ano de 1989 e durante o ano de 1990, já se percebe um refluxo, pois nesse momento muitos Estados com administrações conservadores e com interesses de cunho político-partidários de viés clientelista e autoritário, passaram a questionar as eleições para direção, entrando com Ações na Justiça, alegando inconstitucionalidade. (PARO, 1996. p. 377).

Esse fato mostra como a nossa recente democracia ainda mantinha resistência quando o assunto era desenvolver uma gestão democrática. Esse ataque a um dos pilares que vem fortalece o modelo de gestão democrático é compreendido por nós como algo que, parte do princípio, uma escolha através do voto dos seus diretores pela comunidade escolar entrar em rota de colisão com os interesses políticos, que tinha a escola como uma local para realização

² Deflagrada em 12 de março de 1979 — ainda no final do Governo Faria Lima, quando faltavam apenas 3 dias para a posse do novo governador, Chagas Freitas — a greve apresentou, entre as principais reivindicações, a redução da carga horária semanal para 12 horas; a gradual efetivação dos professores recém contratados; reajuste do piso salarial em torno de 300%; adicionais por difícil acesso (10%); gratificação por regência de turma (30%) e coordenação de turma (10%) e equiparação dos inativos. Fonte Jornal do Brasil – 24/03/79.

³ Professora Maria Dolores Mota, a Dodora e entrevistada por Bruno Alfano em matéria publicado pelo Jornal Extra. Edição de 08/01/2017.

⁴ CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Art. 303. XII. Disponível: <http://www.amperj.org.br/store/legislacao/constituicao/cerj.pdf>. Acesso: 27/10/2017.

⁵ LEI Nº 2518, DE 16 DE JANEIRO DE 1996 Disponível: <http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/contlei.nsf/f25571cac4a61011032564fe0052c89c/141b0b4be49c034e032564f8006957b5?OpenDocument>. Acesso: 20/10/2017

as suas práticas clientelistas e um espaço onde se reproduzia o discurso do poder que estava ali institucionalizado.

Essas ações contra a democratização da gestão escolar tinham o objetivo da manutenção do poder. Não devemos deixar de frisar que no final da década de 1989, o povo tinha retomado o direito ao voto em todas as esferas e cargos, e vivíamos uma democracia plena, uma experiência em que muitos não tinham ainda vislumbrado. O voto, portanto se consolida como um instrumento de personificação e legitimação da democracia brasileira. No entanto, um político que possuísse influência sobre uma escola, que através de uma manobra política permitisse a indicação de sua direção, fortaleceria a sua ação, muitas vezes clientelista sobre determinada comunidade onde essa escola se localizava. Essa perspectiva possuía o objetivo de gerar dividendos políticos, os votos necessários que iria garantir o cargo e o poder desses políticos que de forma sistêmica utiliza a escola pública como uma forma de se beneficiar, como uma verdadeira máquina eleitoreira.

Apesar de interesses contrários, as eleições para a direção nas escolas expandem por todos os Estados da Federação, pois muitos políticos em eleições majoritárias passaram a colocar junto a suas plataformas eleitoras as eleições para a direção, fortalecendo a prática de uma gestão democrática na escola. Uma aspiração dos diversos sujeitos participantes da comunidade escolar. O que podemos perceber que na década de 1990, ocorre um processo de consolidação nas escolas da escolha através do voto de diretores e quando o caso, de adjuntos, como mecanismo para desenvolver uma gestão democrática nas escolas tanto municipais, estaduais e federais, substituído às antigas indicações política, e suprimido as nomeações feitas pelo executivo (PARO. 1996. p. 377).

3. O FORTALECIMENTO DE UMA GESTÃO DEMOCRÁTICA

Apesar da década de 1990, nas escolas públicas, ocorresse um avanço significativo de processos eleitorais, realizados pela comunidade escolar, com a participação de Professores, Profissionais de Educação, pais de alunos e alguns casos de alunos, na escolha de seus Diretores. O processo de gestão democrática ainda carecia de outros mecanismos participativos, onde os sujeitos envolvidos pudessem estar inseridos não sendo apenas, consultados, de forma esporádica, nos processos de eleições para direção das escolas públicas.

Podemos perceber ainda algumas fragilidades dentro do ambiente escolar, pois uma escola que passa pelo crivo do voto popular e que as partes interessadas não estão inseridas dentro do exercício participativo de uma gestão democrática, poderia levar aquele que se tornaria diretor ao um processo de centralização das ações e até mesmo de autoritarismo. A falta de mecanismo que levaria a partilha das iniciativas a serem tomadas e do próprio planejamento e ações pedagógico, que variam da realidade de cada escola, surge a necessidade de se ter espaços para discussões entre os sujeitos que compõem a comunidade escolar.

Alguns mecanismos se tornam fundamentais, pois mesmo que o processo democrático de escolha abarcar uma grande expectativa de todos, mas sem a participação da comunidade escolas no seu cotidiano, uma gestão democrática não alcançaria o seus objetivos e o pensar democrático esbarcaria em entraves que não alcançaria o êxito, comprometendo a implementação de uma escola pública de qualidade.

Desta forma, a promulgação da LDB, Lei de Diretrizes e Base da Educação em 1994, os princípios de uma gestão democrática nas escolas são consagradas com o incremento de diversos mecanismos que passar a nortear as ações participativas e fortalecendo a gestão democrática nas escolas públicas. Sobre a gestão democrática usaremos os apontamentos de Maria Cristina Munhoz de Araújo que define a gestão democrática:

[...] forma de possibilitar que todos os seres envolvidos na instituição possam exercer com maior assertividade sua cidadania, se relacionar melhor e alcançar a liberdade de expressão, por que cada um dos envolvidos carrega em si um conhecimento, que é único e que pode ser somado ao do seu colega e, no caso, por se tratar de escola, aos alunos. Essa troca faz com que a cada dia os envolvidos incorporem mais conhecimentos, sejam eles formais ou informais, tornando-os mais responsáveis, autônomos e criativos. (ARAÚJO, 2009. p. 20).

Essa definição que transcreve Araújo a cerca da gestão democrática não deixa dúvida que a democratizar uma escola é muito mais que ter apenas Diretores sendo eleito pela comunidade escolar. Ela perpassa o ato de votar e ser votado, pois está relacionado com o envolvimento da comunidade escolar dentro do processo democrático, esse envolvimento além de criar uma percepção de pertencimento os atores envolvidos passam a criar uma concepção de cidadania a partir do momento que passam a ter a sua liberdade de expressão garantida dentro do espaço escolar. O autor ressalta o conhecimento, que tanto pode ser formal ou informal, cada um traz que é somado a do outro, instituindo uma troca diária que vem engrandecer o espaço escolar. Desta forma, se passa a formar cidadãos mais responsáveis, autônomos e emancipados o bastante tomar decisões conscientes dos papéis que iram desempenhar dentro da sociedade, criativos diante das dificuldades e desafios que a sociedade os impõe no seu dia-a-dia. Na LDB sobre os princípios que rege o Ensino e um deles e a gestão democrática ressalta:

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. (BRASIL, 1994).

Portanto, a LDB ressalta que o Sistema de Ensino deve constituir normas para a construção da gestão democrática no ambiente das escolas públicas no âmbito da educação básica. Esse artigo aponta a necessidade de se respeitar as peculiaridades de cada sistema e garantir a participação dos Profissionais de Educação no desenvolvimento do PPB, o projeto político pedagógico da escola. Além da participação da comunidade escolar em conselhos que é uma ampliação das discussões dos agentes sociais nesse processo.

O que podemos perceber que as mudanças trazidas dentro da gestão democrática estão muito além, como já foi mencionado nesse trabalho, de um processo democrático de escolha de diretores: “Requer mudança de paradigmas que fundamentem a construção de uma Proposta Educacional e o desenvolvimento de uma gestão diferente da que hoje vivenciamos. Ela precisa estar para além dos padrões vigentes, comuns às organizações burocráticas.” (BORDIGNON, 2004. p. 147). O que podemos perceber que ocorre uma quebra de paradigma na formação de uma nova forma de gestão que até então não era vivenciada nas escolas públicas, uma mudança do que era visto como uma nova forma de gerir o ambiente escolar.

Essa nova forma de administrar a educação constitui-se num fazer coletivo, em processo permanente. Processo que é mudança contínua e continuada. Mudança que está baseada nos paradigmas emergentes da nova sociedade do conhecimento, que, por sua vez, fundamentam a concepção de qualidade na educação e definem, também, a finalidade da escola. (BORDIGNON, 2014).

Bordignon aponta para a nova forma de administrar a educação a partir do “fazer coletivo”, que deriva de um processo contínuo e continuado. Quando se fala em fazer coletivo, nos remete uma gestão que é construída por atores que participantes do ambiente escolar, e como tal, sendo parte integrante do processo, que enfrentam desafios diante as mudanças constantes e continuas de uma nova sociedade. Desafios que a escola tem que estar preparada para buscar a qualidade do ensino quando o “fazer coletivo” perpassa por uma gestão democrática. Pois, uma construção coletiva só é realizada a partir de um debate de um coletivo,

através de trocas de experiências e decisões democráticas sendo colocadas em práticas, deixando de lado o centralismo administrativo, as decisões monocráticas e o autoritarismo.

Como vimos, a gestão democrática sugere um processo de participação coletiva, portanto implica a necessidade de se constituir nas escolas fóruns colegiados com a participação de todas as partes interessadas da comunidade escolar. Essas instâncias colegiadas de caráter democrático pode de forma soberana deliberar sobre as propostas que venha ser colocadas em pauta de discussão e a pedagogia mais adequada a realidade, buscando a melhoria na qualidade da educação. Sobre essa questão Oliveira assinala:

A democratização da gestão é defendida enquanto possibilidade de melhoria na qualidade pedagógica do processo educacional das escolas, na construção de um currículo pautado na realidade local, na maior integração entre os agentes envolvidos na escola – diretor, professores, estudantes, coordenadores, técnico-administrativos, vigias, auxiliares de serviços – no apoio efetivo da comunidade às escolas, como participante ativa e sujeito do processo de desenvolvimento do trabalho escolar (OLIVEIRA, 2013. p. 4).

O autor reafirma o que foi pontuado acima, sobre a gestão democrática com um veículo que possibilitar a melhoria da qualidade da Educação nas escolas públicas. Com as instâncias de discussão e de participação da comunidade escolas, possibilita a construção de um “currículo pautado na realidade local” que venha atender as necessidades do espaço escolar e atender as demandas dos diversos agentes envolvidos. Portanto, uma discussão feita desde os Diretos, Professores, Alunos, aos responsáveis e os demais Profissionais de Educação, que vai desde os Técnicos administrativos, do funcionário responsável pela merenda, aos profissionais que realizam a limpeza. Todos são sujeitos ativos e integrante do processo de desenvolvimento de uma gestão democrática é, portanto, todos são peças fundamentais para o sucesso e êxito do trabalho escolar que está pautado e se obter uma educação de qualidade.

E a partir de uma discussão de todos os agentes envolvido na escola que podemos perceber com a gestão democrática pode ser um instrumento importante para destruir de uma vez por todas o autoritarismo e a hierarquização sistêmica das escolas públicas. É mais do que isso, um gestão democrática é uma proposta que concede a autonomia nas escolas, sobre isso, Paro assinala: “significa em conferir poder e condições concretas para que ela alcance objetivos educacionais articulados com os interesses da comunidade”. Os avanços e conquistas que a escola passa a ter estão ligados aos interesses de todos os agentes envolvidos no processo e a mudanças faz com que aumente a participação e conseqüentemente a um processo de hierarquização menos rígida, criando outra forma de autoridade no ambiente escolar, uma autoridade que debate, media e descida coletivamente com os membros da comunidade escolar. Desta forma a participação da comunidade e todos os envolvidos nessa discussão se torna fundamental para o êxito de uma gestão democrática. Sobre isso Paulo Freire pontua:

Tudo o que agente puder fazer no sentido de convocar os que vivem em torno da escola e dentro da escola, no sentido de participarem, de tomarem um pouco o destino da escola na mão, também. Tudo o que a gente puder fazer nesse sentido é pouco ainda, considerando o trabalho imenso que se põe diante de nós que é o de assumir esse país democraticamente (FREIRE, 2004, p. 7).

Freire ressalta a importância da participação dos agentes que vivem não só na escola mais no seu entorno. O autor acredita que esses atores que vivem no entorno seria componentes da comunidade escolar, portanto não seria apenas pais e responsáveis mais os cidadãos que enxergam a escola como um espaço democrático de construção do conhecimento e na formação de uma consciência cidadã. Esse coletivo de pessoas que estaria fora e dentro da escola, teria a responsabilidade de ocupar democraticamente esse espaço e desenvolver as ações

de uma gestão democrática e autônoma, tornando a escola um lugar de debate, de discussão, de aprendizado e de fortalecimento da cidadania.

Freire também em outro fragmento discute o significado da autoridade dentro de uma verdadeira organização construída democraticamente, e nesse sentido que Paulo Freire faz pensar a autoridade em uma dependência mútua com a liberdade, e assim leva em conta que “se não há liberdade sem autoridade, não há também esta sem aquela” (FREIRE, 1987, p. 177). Portanto, Freire analisa que ter autoridade não é algo incompatível com a liberdade e as duas podem perfeitamente conviver no mesmo espaço, não precisando que para que haja autoridade se deva excluir a liberdade, e que para se ter liberdade não deva ter autoridade. O que está em questão é o nível de consciência de um cidadão que sabe o limite da sua liberdade o agente que detém a autoridade saber também o limite para não tomar decisões antidemocráticas, tornando a autoridade um agente autoritária. Sobre essa questão Freire ressalta no que diz respeito à organização

É verdade que sem liderança, sem disciplina, sem ordem, sem decisão, sem objetivos, sem tarefas a cumprir e contas a prestar não há organização e, sem esta, se dilui a ação revolucionária. Nada disso, contudo, justifica o manejo das massas populares, a sua coisificação (Freire, 1987, p. 177).

Freire analisa que a organização deve ter liderança, levando isso para o espaço escolar, sabemos que para ter uma organização é necessário o comprometimento dos integrantes da comunidade escolar, portanto numa gestão democrática onde vozes dissonantes se manifestam de forma democrática, e que há um espaço de debate, não pode faltar a disciplina, ordem e objetivos. Portanto, uma organização democrática tem que haver o entendimento que ali se trata de um espaço em que aquele que exerce autoridade tenha liderança no sentido de conduzir os debates e o grupo democraticamente disciplinado, tomar as decisões, traçar os objetivos, cumprir as tarefas determinadas coletivamente e prestar conta do cumprimento dessas tarefas. Freire ressalta no final dessa citação que nada pode justificar: “o manejo da massa”, o autor alerta que a autoridade que exerce a liderança não pode em momento nenhum tentar manipular o grupo, pois ao fazê-lo passa impor a sua vontade e não do grupo, ou exercer a sua autoridade com autoritarismo, o que levaria esse grupo um processo de coisificação. Nesse sentido sobre a questão a autoridade Freire complementa:

[...] empenha-se em desafiá-la sempre e sempre; jamais vê, na rebeldia da liberdade, um sinal de deterioração da ordem. A autoridade coerentemente democrática está convicta que a disciplina verdadeira não existe na estagnação, no silêncio dos silenciados, mas no alvoroço dos inquietos, na dúvida que instiga, na esperança que desperta (Freire, 2001, p. 104).

Freire assinala que a autoridade não exclui a liberdade e as suas consequências, pois essa sempre busca desafiar e fazer provocações dentro da rebeldia da liberdade. Provoações levam o debate que desperta essa rebeldia que em absoluto não leva a deterioração da ordem. O autor questiona a disciplina verdadeiramente democrática, como aquela que não deve levar a estagnação ao silêncio dos silenciados, mas sim a advém da inquietação que suscita a dúvida que instiga e traz esperança. Portanto uma gestão democrática aquele que exercer a autoridade deve ter o cuidado para manter o espaço como um exercício da democracia, em que apesar de se manter uma organização deverá sempre primar pelo debate utilizado para isso os mecanismos e instâncias coletivas.

4. MECANISMO COLETIVO NA GESTÃO DEMOCRÁTICA

Uma escola que busca a gestão democrática deve lançar mão de uma série de instrumentos que levem a participação da comunidade escolar, instâncias fundamentais para o exercício democrático dentro do ambiente escolar e que deve abarcar dos os atores que integram esse espaço.

Esses mecanismos e a garantia que os diversos agentes tenham espaço no processo de organização e gestão da unidade escola. Nesse sentido, a escola e o sistema de ensino em que ela pertence deve garantir o acesso aos membros da comunidade escolar a essa instância educativas.

Desta forma, quando falamos em gestão democrática voltamos para o espaço escolar que seria o grande embrião no quais Professores, Profissionais de Educação, alunos e responsáveis, além de outros agentes, estabelecem espaço de discussão no cotidiano escolar. “Nesse sentido, a função da escola é formar indivíduos críticos, criativos e participativos, com condições de participar criticamente do mundo do trabalho e de lutar pela democratização da educação em nosso país” (Oliveira, 2013. p. 10).

A responsabilidade de uma gestão democrática e muito grande, pois ela deve envolver todos os agente da comunidade escolar e levar a compreensão a todos de seu papel como cidadão, e esclarecer pontos que pode parecer confuso: como leis, a funcionalidade da escola, a responsabilidade que cada esfera (municipal, estadual e federal) possui em relação á Educação. E sobre tudo, demonstrar a importância política e social que uma escola possui em “preparar e elevar o indivíduo ao domínio de instrumentos culturais, intelectuais, profissionais e políticos” (RODRIGUES, 1987, p. 43). Portanto, a escola e um instrumento de transformação e de inserção das crianças, jovens e todos aqueles que frequentam o espaço escolar na busca do conhecimento e formação. Sobre essa questão Libâneo assinala:

Os objetivos sociopolíticos da ação dos educadores voltados para as lutas pela transformação social e da ação da própria escola de promover a apropriação do saber para a instrumentação científica e cultural da população, é possível não só resistir às formas conservadoras de organização e gestão como também adotar formas alternativas, criativas, que contribuam para uma escola democrática a serviço da formação de cidadãos críticos e participativos e da transformação das relações sociais presentes. (LIBÂNEO, 2006, p.328)

O autor busca definir o objetivo sociopolítico da ação educadora pautadas na luta de transformação social. Isto implica na resistência as formas conservadores da organização e da gestão, que somente com a adoção de um fazer democrático que se pode promover a formação de um cidadão crítico e participativo. Desta forma, a escola tem um papel central nessa promoção e na transformação através da apropriação do “saber para a instrumentação científica e cultural da população”. O que acreditamos que somente em uma gestão democrática, e que uma escola pode de fato transformar a realidade social de seus alunos a partir do momento que ofereça uma educação de qualidade e democrática.

O papel transformação e participação dos agentes que integram a comunidade escolar e por meio de alguns mecanismos democrático que suscita o debate e as decisões, no qual todos são protagonistas possuidores de direitos e deveres, que são formuladas a partir de debates que venham fomenta a decisão coletiva, dando transparência na prática de participação cidadã. Assim a escola deve formar instância de discussões que a participação de membros da comunidade escolar para essa finalidade, como mecanismos podemos destacar: Conselho Escolar, Associação de Pais, Mestre e Funcionários, o Grêmio Estudantil, Conselho de Classe e a construção coletiva do Projeto Político e Pedagógico.

A escola que prima por uma gestão democrática, além da comunidade escolar ter a possibilidade de escolher os Diretores através de eleições diretas, quando a consulta popular e realizada, no cumprimento do seu papel de consolidação de uma gestão democrática, tem que promover esses espaços de discussão e decisão que envolva a comunidade escolar. Portanto a gestão democrática seria a superação de uma organização escolar centralizada e autoritária por outra participativa através de colegiados.

O Conselho Escolar e uma esfera de representação colegiada que abarcam todas as representações da comunidade escolar em todas as suas instâncias. Esse órgão colegiado e um espaço de debate de caráter tanto consultivo como deliberativo. O Conselho Escolar e previsto

na LDB no seu artigo 14 como fundamento da gestão democrática na escola, como um espaço de exercício da cidadania, local onde os seus membros através de uma democracia participativa faz valer o seu direito, serem sujeitos presentes no processo decisivo da escola, como também os deveres como cidadãos. Segundo Navarro: “O Conselho Escolar constitui o espaço mais adequado para, de forma compartilhada, dirimir as dúvidas, encontrar saídas alternativas e propor novas condutas de participação individual e coletiva no ambiente escolar”. (NAVARRO, 2004. p. 30). Portanto, o Conselho Escolar traduz a partir de suas discussões os anseios da sociedade sobre os vários posicionamentos de seus componentes já que é um órgão que necessariamente apresenta a diversidade e a pluralidade de seus membros. Portanto, não se trata de um órgão que venha aprovar ou legitimar a ações da equipe diretiva, pois é um órgão organizado democrático com poder de decisão e fruto de uma construção coletiva (OLIVEIRA, 2007. p. 12), sendo uma extensão da sociedade dentro do espaço escolar.

Associação de Pais, Mestre e Funcionários, e mais um mecanismo de participação da comunidade no ambiente escolar. Tem um papel de estabelecer um elo entre responsáveis e a instituição representada por Professores e Profissionais de Educação. Além de buscar ações que venham solucionar a prática educativa em seu cotidiano escolar, também contribui para o exercício da democracia participativa.

O Grêmio Estudantil tem a função de contribuir na formação de cidadão crítico e participativo e decisivo na articulação da participação de alunos na gestão democrática da escola. Segundo (NEGRINI, 2006. p. 12) o Grêmio Estadual “é um espaço fértil para que novas lideranças possam emergir do chão da escola e se fazer representar na sociedade”, portanto e fundamental fomentar a prática democrática em nossa sociedade, aprendendo a se organizar quanto representação e a lutar pelos seus direitos e cumprir os deveres. Um mecanismo de participação estudantil nos debates cotidianos da escola e o seu processo democrático (OLIVEIRA, 2007. p. 13).

Conselho de Classe e mais um mecanismo de participação e de fortalecimento da gestão democrática nas escolas públicas. É um conselho que tem uma das finalidades avaliar o trabalho pedagógico e rever as estratégias que se deve aplicar a partir de uma discussão democrática. Assim “guarda em si a possibilidade de articular os diversos segmentos da escola e tem por objeto de estudo o processo de ensino, que é o eixo central em torno do qual desenvolve-se o processo de trabalho escolar” (DALBEN, 1995, p. 16). Dessa forma, o Conselho de classe não é um instância que apenas se reúne uma vez por bimestre e no final dos anos letivo para verificar a aprovação e reprovação de alunos, mas deve atuar em um espaço de atuação permanente, um momento no qual se objetiva avaliar o trabalho pedagógico (OLIVEIRA, 2007. p. 12). Os conselhos para ter um viés participativo e ser um verdadeiro instrumento da prática, deve ter um momento para que os representantes de turmas e as lideranças dos grêmios participem expondo os seus anseios aos demais membros do Conselho de Classe. Um momento importante para os professores rediscutir as suas práticas pedagógicas.

Projeto Político Pedagógico e o documento de planejamento das ações de uma gestão democrática, sendo assim, devem ser construídos coletivamente, com a comunidade escolar.

O Projeto Político Pedagógico deve estar ancorado em quadro pilares básico “a participação, pluralismo, autonomia e transparência (MORAES, 2013. p. 3)”. Portanto, além ser princípios fundamentais da gestão democrática, esses quatro pilares que balizam à construção coletiva do Projeto Político Pedagógico, visam atender as necessidades e as realidades locais da escola, de forma que venham promover uma Educação inclusiva que respeite as diversidades e, sobre tudo, que essa construção coletiva desenvolva um ensino de qualidade nas escolas públicas. Devemos ter o entendimento que essa construção coletiva vem fortalecer uma gestão democrática de uma escola sendo essa um “componente decisivo em todo o processo coletivo de construção do planejamento, organização e desenvolvimento do projeto político-pedagógico e de um ensino de qualidade” (FERREIRA, 2001, p.17).

Assim, um Projeto Político Pedagógico, pensado e desenvolvido por uma comunidade escolar não pode ser um mero instrumento burocrático que vem a ser arquivado, ou um documento feito para cumprir um rito ou uma determinação. Ele tem que ser sobre de tudo, construído e vivenciado em todos os instantes, por todos os agentes envolvidos com o processo educativo da escola (Veiga, 1995. p.102). Nesse caso, o Diretor, democraticamente eleito, que está afrente dessa gestão democrática, deve criar as condições ideais para o exercício de todas as etapas de elaboração e a vivência dessa construção coletiva.

5. GESTÃO DEMOCRÁTICA EM TEMPOS DE PANDEMIA

Como já foi dito, a gestão democrática num momento de pandemia é um grande desafio. Devemos compreender que nesse cenário, o exercício democrático deixa de acontecer dentro do espaço físico da Escola para ser exercido remotamente (a distância). Para refletir sobre a Gestão Democrática neste período de pandemia utilizaremos nossa experiência na gestão da Escola Municipal Moacir Coelho da Silveira, localizada no bairro da Serrinha do Alambari, zona rural do Município de Resende.

Para que o debate ocorra, identificamos que a utilização do espaço virtual e equipamentos digitais passaram a ser fundamentais, já que estamos falando de atividades remotas. Devemos entender, que a utilização desses recursos até então se mostrava um tanto distante da Escola Pública, mas teve que se tornar uma realidade presente no cotidiano dos diversos atores sociais que integram a Escola.

Assim, os Conselhos de Classe entre Professores, Orientadores e Direção que ocorriam presencialmente, passaram a ser realizados utilizando-se a internet, no formato estruturado de vídeo conferências. Essas reuniões para melhor condução da gestão nesse momento de Pandemia, passaram a ser mensais, numa espécie de reunião ordinária, e se tornam importante instrumento da gestão democrática em tempos de distanciamento social, pois além de serem reuniões de acompanhamento do trabalho, orientação e informes, elas servem para motivar os professores, que estão passando por uma nova realidade, nesse momento de distanciamento.

Nessas reuniões que sugestões são colidas para planejamento dessa nova realidade, e decisões são tomadas pelo grupo de forma democrática, tendo o Diretor e os demais membros do grupo gestor como mediadores.

É relevante pontuar que essas reuniões também servem para reatar o vínculo de pertencimento entre os professores e a escola, pois como todos estão distantes da escola, atuando remotamente de casa. Assim, mesmo que algum colega se sinta abatido por estar fora do cotidiano da escola, pois no seu dia a dia, deixou de encontrar com os demais colegas na sala dos professores, corredores e demais dependência das escolas - para muitos professores e profissionais de educação esse contato é fundamental.

No entanto, tivemos vários entraves, como a dificuldade de alguns profissionais em acessar no horário marcado as salas de reuniões por problemas técnicos, principalmente onde nossa escola está localizada, sendo uma zona rural, e que não possui uma oferta de internet banda larga estável e muito menos celular com rede móvel.

Assim que início do isolamento social, foram criados grupos de whatsapp das turmas, e fizemos uma consulta através de formulário, utilizando o Google Forms. O resultado dessa pesquisa é que 82% dos alunos tinham acesso à Internet e ao Whatsapp.

No entanto, após a segunda semana de trabalhos, percebemos a dificuldade de acesso dos alunos às atividades e logo vimos que a utilização do whatsapp não levaria o acesso aos alunos, pois muitos possuíam uso apenas esporádico de internet, porque há escassez da oferta de telefonia celular e internet móvel ou das redes de banda larga na localidade. Estas, além de instáveis são onerosas para os padrões econômicos desta comunidade.

Sendo assim, no dia a dia percebemos como era grande a exclusão digital de nossos alunos. As apostilas feitas na escola, que eram entregues para um pequeno número de alunos, passaram a contemplar todos eles. As informações até chegavam, mas dependia dos responsáveis estarem dentro de uma área que deveria ter cobertura, dependia também se os pais tinham internet banda larga em casa, e com o avançar da crise, muitos pais que trabalhavam em atividades temporárias e sem registro profissional, passaram a ter dificuldades financeiras como colocar créditos de dados nos telefones, para que seus filhos utilizassem como instrumento pedagógico. Somado a isso, havia famílias que possuíam apenas um celular para todos na casa.

Esse cenário adverso dificultou o exercício democrático, porém, isso não significava que faltasse esforço de se ter na Escola Municipal Moacir Coelho da Silveira, uma gestão democrática neste período de Pandemia.

O distanciamento social impossibilitou reuniões com pais e responsáveis remotamente, mas ainda com toda dificuldade, os grupos de whatsapp eram uma forma de comunicação, e mesmo que a informação pudesse demorar a chegar, mesmo de forma precária, os pais, alunos e responsáveis as visualizavam. Além disso, junto com as apostilas, enviávamos bilhetes com avisos e informações, mensagens de incentivos dos professores, orientações sobre como proceder na pandemia do COVID-19.

Os professores passaram a produzir apostilas, que eram enviadas para o e-mail da escola, o orientador pedagógico e diretores tinham a tarefa de organizar e montar as apostilas das turmas e às sextas-feiras eram impressas. Toda terça pela manhã o transporte escolar passou a pegar as apostilas na Escola e entregar aos alunos, e esse é o acesso dos alunos ao conteúdo, e por sua vez os alunos nesse momento devolve as apostilas da semana anterior, esse registro era a presença do aluno. Foi a forma encontrada de contemplar todos os alunos, e reafirmar o direito democrático dos alunos a educação, mesmo com toda a dificuldade que obstáculos encontrado. Sobre os grupos deWhatsapps, essa cultura de rede ainda está sendo construída na comunidade escolar, e mesmos com todas as dificuldades dos pais e alunos, percebemos que se fez necessário esses canais serem abertos durante a semana, com a mediação da Orientação Educacional e Professores e Direção, para tirar dúvidas dos alunos, já que nossos conteúdos era entregue por sistema de apostilas.

O Conselho Escola se reuniu uma vez remotamente nesse período, apesar de ter dado quórum, pois houve algumas ausências de conselheiros, o que se deve pela dificuldade do acesso remoto, e também por não saberem manusear essas ferramentas digitais.

Isso só vem demonstrar como está sendo difícil o exercício democrático nesse momento de pandemia na comunidade escolar. Devemos levar em consideração que como a Moacir Coelho é uma escola rural, a falta de recursos digitais, veio dificultar muito uma articulação democrática nesse período de isolamento. No entanto, conseguimos levar por meios impressos, as orientações e informações de nossa escola, incentivo, contatar as famílias dos alunos que não devolviam as apostilas, pois isso poderia configurar abandono escolar.

Neste breve relato, a prática de uma gestão democrática está sendo muito difícil nesse período, entretanto sabemos que a democracia se faz de direitos, e nossos alunos estão tendo o direito a educação nesse momento de pandemia do Covid-19.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse trabalho refletimos sobre os avanços democráticos que ocorreram a partir da década de 1980 com a promulgação da Constituição Cidadã de 1988, principalmente com a publicação da LDB – Lei 9394/96 e com a regulamentação constitucional do PNE (Plano Nacional de Educação), aprovada em 2001 pela (lei nº. 10.172/2001), na qual seu corpo traz

diagnósticos, diretrizes e metas que devem ser discutidos, examinados e avaliados, tendo em vista a democratização da educação em nosso país (OLIVEIRA. 2007. p. 01).

No entanto, percebemos ainda no começo na primeira década do ano 2000, um refluxo na consolidação da gestão democrática, quando em alguns estados e municípios começaram a ocorrer resistência dos executivos e outros agentes com interesses políticos/econômicos em manter uma gestão autoritária.

Percebeu-se que a prática democrática nas escolas era algo que esbarrou nos interesses clientelistas que muitas cidades e estados estabeleceram como prioridade, principalmente nas cidades pequenas onde um diretor representa um braço do governo, colaborando muito para esse refluxo.

Foi na cidade de São Paulo ainda em 1991, após uma consulta feita junto aos professores da rede, 81% dos professores e especialistas optaram pelo concurso para diretor ao invés das eleições (PARO, 1996. p. 14). Isso mostra que muitos professores ainda não havia compreendido a proposta democrática e preferia o concurso, que dentro dessa aparente justiça social, não seria um representante adequado para atender as demandas que uma gestão democrática junto à comunidade.

Essa tendência da opção de concurso público para diretores acabou se estendendo para rede Estadual de São Paulo e muitas cidades. Porém, o fato de ter concurso, no qual o profissional seria selecionado por critérios técnicos parece ser um caráter democrático de igualdade aos candidatos, mas não consultar a comunidade escolar não garantia “critérios objetivos que prove os conhecimentos exigidos”. Entretanto, diante dessa proposta “apenas se esquece de reconhecer que, à liberdade dos candidatos a diretor para escolherem sua escola não corresponde nenhuma liberdade dos usuários e trabalhadores da escola para escolherem seu diretor” (PARO, 2009. p. 39).” O critério do candidato escolher a sua escola que vai trabalhar sem levar em conta que a escola não escolhe o novo diretor torna esse processo inadequado pois não existe uma paridade democrática em relação à escola e a comunidade escolar. Sobre essa questão Vitor Paro observa “O concurso é tão ruim quanto a indicação, porque supõe que diretor é um cargo técnico. Mas ele precisa conhecer bem educação. A parte administrativa da função já foi provado, em várias pesquisas [...], que qualquer um é capaz de fazer” (Oliveira Apud Paro, 2015). No entanto, todo o discurso em favor do concurso acabou convencendo um grande número de pessoas, tanto educadores como pessoas não ligadas a educação no Estado de São Paulo, mostrando a tendência historicamente conservadora desse Estado.

No entanto, as eleições para a direção tomou um duro golpe em 12 de agosto em 2009, quando o Supremo Tribunal Federal, ratificou o entendimento de que as “eleições diretas para provimento de cargo de comissionados nas diretorias de escolas públicas é inconstitucional” (Brasil, 2009). Essa (ADI) Ação Direta de Inconstitucionalidade impetrada pelo Partido Social Cristão (PSD), tinha um objetivo, retirar o dispositivo da Constituição do Estado do Rio de Janeiro no seu artigo 308, inciso XII, que estabelece as eleições para direção de escola públicas. A partir desse momento o cargo de direção de escola passou a ser indicação política. Porém, no governo Sérgio Cabral no Rio de Janeiro, foi criado concurso interno, que não mudou o caráter autoritário de não mais consultar a comunidade escolar. Dentro desse quadro outros municípios passaram a adotar a indicação para o cargo de Diretor.

Assim, alguns municípios, como é caso de Resende no Rio de Janeiro, passou a utilizar uma alternativa mais democrática que é a de consultar a comunidade escolar antes dessa indicação ser feita. Dentro desse critério se estabeleceu que os nomes vencedores após uma consulta eleitoral por meio do voto, seria a indicação do executivo. Em vias de regra, o cargo de Diretor ainda continua sendo uma indicação política, muito embora possua um perfil mais democrático, já que foi aceito pela comunidade com o resultado das urnas.

Mas não é só a escolha do diretor da escola através do voto que estabelece uma gestão democrática. Claro que um gestor eleito democraticamente possui o respaldo da comunidade,

passando a assumir um compromisso com o aprofundamento de processo da gestão democrática, uma simbologia inegável dentro de uma escola que houve uma gestão eleita democraticamente, algo de importância incontestável. No entanto, existem outros mecanismos, como vimos, responsáveis por aumentar a participação da comunidade e promover de fato por meio das instâncias colegiadas uma democratização da gestão escolar.

Com importante movimento grevista em 2016, onde ocorreram ocupações dos Colégios Estaduais, o Estado do Rio de Janeiro teve o retorno das eleições diretas para o Cargo de Diretor e Adjunto, no mesmo critério de consulta a comunidade escolar. Porém, o caráter plenamente democrático ainda está longe de ser alcançado, pois muitos mecanismos de democratização da gestão escolar desapareceram. Podemos citar como exemplo os grêmios estudantis que ainda encontram bastante resistência entre muitos professores, e o Conselho de Pais, Mestres e Funcionários, que pouco funcionou de fato. Isso reduz consideravelmente a presença da comunidade escolar nos estabelecimentos de ensino, tornando difícil o aprofundamento de uma gestão democrática.

Além disso, muitos anos sem um considerável exercício democrático nas escolas, levaram o Conselho de Professores e o Conselho Escolar, a algo meramente protocolar, perdendo o seu viés democrático e participativo. Esses dados se tornam alarmantes, diante do desafio da busca pelo processo de amadurecimento de uma sociedade democrática e na formação de seus cidadãos.

No último tópico, relatamos a dificuldade do exercício democrático na pandemia do covid-19. A Educação sem dúvida é um desafio, mas dentro de uma pandemia garantir o direito democrático de uma educação torna-se uma provocação à nossa consciência cidadã, mesmo no momento em que estamos em distanciamento social, mas não afastados da comunidade escolar.

7. REFERÊNCIAS

ALFANO, Bruno. **Cochilo de aluno levou à primeira eleição de diretor na história do Rio.** Caderno de Notícias. Seção Educação. Rio de Janeiro. Jornal Extra. Edição - Nº 08 de Janeiro de 2017. Disponível: <https://extra.Globo.com/noticias/educacao/cochilo-de-aluno-levou-primeira-eleicao-de-diretor-na-historia-do-rio-20740872.html>, Acesso: 18/10/2017.

BIERHALS, Patrícia Rutz.; PAULO, Fernanda dos Santos Paulo. **Gestão Democrática na Escola Pública do Campo.** In: I Seminário Internacional e I Fórum de Educação do Campo da Região Sul do RS: Campo e cidade em busca de caminhos comuns, 2012, Pelotas. I Seminário Internacional e I Fórum de Educação do Campo da Região Sul do RS: Campo e cidade em busca de caminhos comuns, 2012. v. 1. Disponível: <http://coral.ufsm.br/sifedoc/regional/images/Anais/Eixo%2004/Patr%C3%ADcia%20Rutz%20Bierhals%20e%20Fernanda%20dos%20Santos%20Paulo.pdf>. Acesso: 21/10/2017

BORDIGNON, G.; GRACINDO, R. V. **Gestão da educação: o município e a escola.** Blog Genuíno Bordignon. Disponível: <https://genuinobordignon.wordpress.com/2013/06/11/gestao-da-educacao-o-municipio-e-a-escola/>. Acesso: 28/10/2017.

BRASIL, **Constituição Federal de 1988.** República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Eleição para direção de escola pública é inconstitucional.** Votação da ADI 2997 de 12 de agosto de 2009. Disponível: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=111821>

BRASIL, **Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996** - Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em 21 de Outubro de 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). 2001b**. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm Acesso em 21 de Outubro de 2017.

BRASIL, Ministério da Educação. **Gestão democrática nos sistemas e na escola**. Brasília: Universidade de Brasília, 2007. Disponível: portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/11_gesdem.pdf. Acesso: 29/10/2017.

PARO, Vitor Henrique. **Eleições de Diretores de Escolas Públicas: Avanços e Limites da Prática**. Revistas de Estudos Pedagógicos. Brasília. INEP. V, 77.1996. _____ Vitor Henrique. **Escolha e Formação do Diretor Escolar**. Cadernos de Pesquisa: Pensamento Educacional (Curitiba. Impresso), v. 6. 2011.

_____ Vitor Henrique. **Escolha do diretor: eleições, concurso ou indicação?** Carta Capital. 2015. Disponível: <http://www.cartaeducacao.com.br/reportagens/escolha-do-diretor-eleicao-concurso-indicacao/> . Acesso: 30/10/2017.

FERREIRA, Naura Syria Carapeto & AGUIAR, Márcia Angela da S. (orgs.). **Gestão da Educação - Impasses, perspectivas, compromissos**. São Paulo. Cortez, 2001, pp. 129-239.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____, Paulo. **Pedagogia da Autonomia. Saberes Necessários à Prática Educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

_____, P. apud NAVARRO, I.P. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica, **Conselhos Escolares: democratização da escola e construção da cidadania /elaboração** Ignez Pinto Navarro...[et al.] Brasília: MEC, SEB, 2004.

NAVARRO, I. P. et.al. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica, **Conselhos Escolares: democratização da escola e construção da cidadania**. Brasília: MEC, SEB, 2004.

OLIVEIRA, João Ferreira de. MORAES, Karine Nunes. DOURADO, Luiz Fernandes. **Gestão escolar democrática: definições, princípios e mecanismos de implementação**. Políticas e Gestão na Educação. Escola de Gestores. MEC - Curso de Especialização em Gestão Escolar. 2007. (Hiperlink) Disponível: escoladegestores.mec.gov.br/site/4-sala_politica_gestao_escolar/unidade2.htm. Acesso: 28/10/2017.

LIBÂNEO, J.C. **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização** Coleção docência em formação. Série saberes pedagógicos. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Projeto Político Pedagógico da Escola: uma construção coletiva**. Cadernos da Fiep. Belo Horizonte - MG, v. ano 1, n.2, p. 101-117, 1995.